



AGRICULTURA FAMILIAR E SUCESSÃO: UM ESTUDO NA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA, SC

FAMILY AGRICULTURE AND SUCCESSION: A STUDY IN THE MICRO-REGION OF CONCÓRDIA, SC

Camila Sabrina BOSETTI* 

Jacir FAVRETTO** 

Letícia Paludo VARGAS*** 

Augusto FISCHER**** 

Resumo: A agricultura familiar é um forte segmento da sociedade capaz de garantir a segurança e a demanda alimentar mundial, contribuindo para a diminuição da fome e da pobreza. Diante de dificuldades econômicas, políticas e sociais, os agricultores familiares convivem com o desafio e a incerteza em relação à sua permanência no campo. Os jovens vinculados à agricultura familiar também enfrentam diversos dilemas, relacionados à escassez de terra, a geração de renda, a transformação de políticas de modernização agrícola, e a falta de esperança em sua profissão. Dentro dessa perspectiva, fica mais difícil para o jovem perceber as possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional no campo, em virtude da atual situação que sua família se encontra, em termos econômicos e sociais. Neste viés, este estudo teve como principal objetivo verificar as perspectivas de permanência dos agricultores familiares na atividade rural na microrregião de Concórdia, SC. Como resultado, verifica-se que a falta de perspectivas está associada ao baixo rendimento da atividade agrícola, instabilidade de preços dos produtos para venda, preços elevados dos insumos e equipamentos para produção, baixa assistência técnica, infraestrutura precária das estradas e dificuldade de acesso ao crédito. Os agricultores mais idosos afirmam querer continuar na atividade agrícola por mais tempo, entretanto relatam que os seus filhos estão buscando outras alternativas fora do meio rural.

Palavras-chave: Atividade agropecuária. Desenvolvimento Rural. Sucessão familiar.

Abstract: Family farming is a strong segment of society capable of guaranteeing security and global food demand, contributing to the reduction of hunger and poverty. Faced with economic, political and social difficulties, family farmers live with the challenge and uncertainty regarding their permanence in the countryside. Young people linked to family farming also face several dilemmas, related to land scarcity, income generation, the transformation of agricultural modernization policies, and the lack of hope in their profession. Within this perspective, it is more difficult for young people to perceive the possibilities of personal and professional development in the field, due to the current situation in which their family is, in economic and social terms. In this bias, this study aimed to verify the perspectives of permanence of family farmers in rural activity in the microregion of Concórdia, SC. As a result, it appears that the lack of prospects is associated with the low yield of agricultural activity, instability in the prices of products for sale, high prices of inputs and production equipment, low technical assistance, poor road infrastructure and difficulty in accessing the credit. Older farmers say they want to continue in agricultural activity for longer, however they report that their children are looking for other alternatives outside the rural environment.

Keywords: Agricultural activity. Rural Development. Family succession.

Submetido em 09/03/2021. Aceito em 14/09/2021.

*Graduada em Administração – UnC. E-mail: camilasabrina32@gmail.com

** Professor dos cursos de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional – UnC. Coordenador Programa de Mestrado Interinstitucional Associado em Sistemas Produtivos. E-mail: jacirfa@gmail.com

***Doutora em Extensão Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) - Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da UnC. E-mail: letipvargas@gmail.com

**** Professor aposentado do Mestrado em Administração da Unoesc. Doutor em Administração pela USP. E-mail: augusto.fischer@unoesc.edu.br



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR).

1 INTRODUÇÃO

Diversos estudos demonstram a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos básicos. Contudo, a situação em que se encontra atualmente a agricultura familiar no Brasil, é resultado de um processo histórico iniciado a partir da colonização, no qual se privilegiou a grande propriedade. De acordo com Del Grossi e Silva (2002), no Brasil, a partir da instalação de indústrias produtoras de insumos para a agricultura (máquinas, adubos químicos e agrotóxicos), o Governo criou inúmeros aparatos para incentivar o uso dessas tecnologias. Surge a partir daí a “Revolução verde” modelo que preconizava a modernização da agricultura que só veio a se efetivar nos anos 1960.

Além do processo de modernização rural, outra razão que reforça a exclusão dos agricultores familiares de pequenas unidades rurais, reside nas exigências impostas pelas normas de vigilância sanitária que embaraçam as condições para a comercialização de produtos dos agricultores. As dificuldades para comercialização da produção agropecuária das pequenas propriedades rurais familiares dificultam a busca de meios alternativos para geração de renda que proporcione melhorias de qualidade de vida (DEL GROSSI; SILVA, 2002).

Com dificuldades de melhoria de renda, a falta de perspectivas para os agricultores familiares tem estimulado o êxodo rural, contribuindo, muitas vezes, para a geração de problemas urbanos de ordem social. Abramovay (1999) e Stropassolas (2006) apontam que os problemas decorrentes do êxodo rural brasileiro são significativos, especialmente para a juventude rural, pois os núcleos urbanos que absorvem estes migrantes rurais oferecem precárias condições. Aqueles que saem do campo, particularmente os mais jovens, são também os que encontrarão maiores dificuldades na integração aos mercados urbanos de trabalho.

Os municípios da microrregião de Concórdia, SC se caracterizam pela pequena propriedade rural familiar, geralmente vinculada à agricultura familiar, cuja base produtiva volta-se, em considerável proporção, para o sustento familiar, com pequenos excedentes que são comercializados nos supermercados ou em feiras de produtos agropecuários localizados nos respectivos municípios. A comercialização dos excedentes é destinada à complementação de renda dos agricultores, para a aquisição de artigos e serviços que satisfaçam e complementem suas necessidades, como alimentos não produzidos nas propriedades, vestuário, remédios, serviços de saúde etc.

No entanto, a comercialização de produtos agropecuários enfrenta dificuldades decorrentes de exigências por parte de órgãos da vigilância sanitária ou da administração municipal. As adequações a essas exigências oneram ou inviabilizam as atividades dos agricultores, o que acentua suas predisposições para o abandono do meio rural. Dentro dessa perspectiva, a proposta da pesquisa visa identificar os desafios e oportunidades dos agricultores familiares em assegurar a sucessão e permanência no campo.

Breves considerações a respeito da agricultura familiar

Abramovay (1997) e Soares, Melo e Chaves (2009), definem agricultura familiar como a unidade rural, cuja propriedade, gestão e a maior parte do trabalho de indivíduos com laços de sangue ou de afinidade, como casamento. Para Savoldi e Cunha (2010), agricultores familiares são pequenos agricultores, cujos estabelecimentos geralmente são minifúndios.

Foi a partir da década de 1990 que a agricultura familiar começou a se consolidar no Brasil, em virtude da força política e movimento sindical e dos produtores rurais nesta mesma década e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (SANGALLI, et al., 2015).

O Dossiê Estatístico elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) (FISCHER; MARINI; FILIPPIM, 2016; CÂNDIDO; SANTOS, 2013), caracteriza a Agricultura Familiar a partir de três pontos centrais: a gestão da unidade produtiva e os investimentos são realizados por indivíduos com laços de parentesco entre si; a maior parte do trabalho é realizada pelos membros da família; e a propriedade dos meios de produção pertence à família e no seu interior se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis da unidade produtiva.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar representava aproximadamente 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil. A mesma ocupava 23% da área total dos estabelecimentos, e respondia por 23% do valor da produção agropecuária. (IBGE, 2017). O Censo apurou ainda, que a agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas, que representa 67% do pessoal ocupado na agropecuária.

A agricultura familiar proporciona relevante contribuição para a geração de capital no setor agropecuário, promovendo a geração de emprego e renda, e tem importante participação na produção de alimentos, apoiando as estratégias de segurança alimentar do país. Para Simioni (2013) e Guilhoto et al. (2007), é consensual a importância da agricultura familiar na geração de emprego e renda, e consideram que as políticas públicas foram fundamentais para o desenvolvimento rural e para a desaceleração do êxodo rural.

Apesar da importância da agricultura familiar, a pobreza permanecia concentrada na área rural até a década de 1990, pois o aperfeiçoamento das questões agrárias tinha evoluído pouco, e as concentrações de posse de terra permaneciam praticamente iguais ao que se verificava nos anos anteriores (MATTEI, 2005). Para Silva e Mendes (2009), as condições para os pequenos produtores rurais se agravaram com a modernização e a expansão do sistema capitalista na agricultura brasileira a partir, principalmente, de 1960.

Segundo Mattei (2005), as organizações e os movimentos sociais de pequenos produtores rurais se fortaleceram para pressionar as políticas públicas específicas no intuito de facilitar o desenvolvimento e o acesso ao crédito. Inicialmente foi criada uma linha específica de crédito ao pequeno produtor, o Programa Nacional de Valorização da Pequena Propriedade Rural (PROVAP) e, mais tarde, o Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), oportunizando uma política específica e condições de crédito com condições subsidiadas (MATTEI, 2005).

O Pronaf, foi instituído em 1996, e teve como principal objetivo apoiar o pequeno produtor através de linhas de crédito para financiamento. Suas linhas de crédito trazem benefícios para agricultores vinculados à agroindústria, agroecologia, reforma agrária e linhas específicas para micro agricultores, jovens, mulheres, entre outros. Como qualquer projeto de política pública, o Pronaf também deve passar por processos de formulação, implementação e avaliação, necessitando de agentes participantes categorizados como formuladores, executores e beneficiários (ZANI; COSTA, 2014).

Existem alguns entraves que dificultam a concessão de crédito ao produtor rural, dentre eles o tipo e excesso de documentação exigida, o alto nível de burocracia bancária que dificulta o processo de acesso ao crédito, a falta de divulgação do Pronaf por parte dos bancos e autoridades públicas. Ainda, a ausência do acompanhamento técnico e a falta de informações referente ao programa, obrigam os produtores a se reunirem em associações que intermediam as relações com os agentes bancários. Além disso, a falta de documentação, a inadimplência, a irregularidade ambiental e outras irregularidades da propriedade acabam impossibilitando a concessão do benefício. Mesmo assim, a liberação de crédito tem melhorado consideravelmente, sendo por antecipação nas negociações com os movimentos sociais, ou pela negociação entre os ministérios, pelo aprendizado em relação à publicação de atos normativos e pela elaboração de superintendências encarregadas pelas operações na agricultura familiar dentro das instituições bancárias (ZANI; COSTA, 2014).

Juventude, sucessão e êxodo rural

Segundo Troian e Breitenbach (2018), não há consenso para uma definição universal para juventude. As autoras destacam que são utilizadas geralmente cinco abordagens: faixa etária; ciclo de vida; geração; cultura ou modo de vida; e representação social. Na área rural, especialmente na agricultura familiar, os jovens rurais geralmente começam a auxiliar nas atividades agrícolas bem cedo. É neste período que ocorre o estreitamento das relações entre o jovem e a família, que é quando os jovens começam a se inteirar e perceber qual a situação produtiva e econômica da propriedade, bem como, participar e enfrentar as dificuldades e desafios nas atividades realizadas pela família. Diante disso, esses jovens aprendem a lidar com as responsabilidades e tomar decisões referentes ao dia a dia da unidade agrícola, buscando resolver possíveis problemas (CARVALHO et al., 2009).

Alguns fatores têm contribuído para a migração na área rural, resultando no êxodo rural, e em problemas de sucessão familiar na agricultura familiar (TROIAN; BREITANBACH, 2018, CARVALHO, 2007). Segundo Carvalho (2007) a sucessão familiar na área rural é caracterizada como um processo endógeno de transferência da gestão, posse e continuidade da produção da unidade familiar rural, do pai a um dos filhos, onde esse processo se depara com o desafio de jovens permanecerem no campo.

Observa-se que os jovens enfrentam vários desafios na permanência no campo, tais como: falta de estrutura; falta de assistência técnica adequada; renda precária, diminuição da disponibilidade de terras na fronteira agrícola e a crescente mecanização no campo; menores oportunidades educacionais; precarização das condições de vida do meio rural; a atratividade das tecnologias no ambiente urbano associadas às expectativas da fase juvenil; e a sucessão tardia na propriedade familiar possibilita aos herdeiros buscarem novas alternativas frente a propriedade rural (TROIAN; BRETTANBACH, 2018; CARVALHO, 2007). Mesmo com os avanços e ampliação de políticas e programas voltados à agricultura familiar, ao longo dos últimos anos, as questões da sucessão na área rural se tornaram preocupação recente nas esferas públicas visando a formulação de políticas públicas específicas (GRANDO; MAGRO; BADALOTTI, 2019).

Quando o jovem começa a participar mais e adquirir mais responsabilidades perante a propriedade rural, ele passa a visualizar as dificuldades e os problemas enfrentados pela agricultura familiar nos últimos tempos, especialmente aqueles que dizem respeito à falta de linhas de crédito, assistência técnica e outros. Diante dessas dificuldades fica mais difícil para o jovem perceber as perspectivas de desenvolvimento pessoal e profissional no campo, em virtude da atual situação que sua família se encontra, em termos econômicos e sociais (SPANEVELLO; VELA, 2003). De acordo com o estudo de Casagrande et al., (2012), que buscou verificar quais eram os projetos profissionais dos jovens universitários que moram no meio rural, identificou que a parcela dos que querem permanecer no meio rural foi a opção menos representada, pois 75% desses jovens quer trabalhar e residir no meio urbano, enquanto os demais (25%) querem trabalhar como agricultores e, de forma conjunta estabelecer atividade com sua área de formação.

Mendonça et al. (2013) afirma que dentre as maiores dificuldades citadas pelos jovens, estavam a dificuldade no preço do produto, a desvalorização da profissão e remuneração baixa, o baixo incentivo do governo, instabilidade financeira e falta de mão de obra e reconhecimento.

Os jovens inseridos na agricultura familiar enfrentam diversos dilemas: ao mesmo tempo que querem permanecer no meio rural, sofrem com grandes desafios e incertezas em relação à sua permanência no campo, decorrentes de dificuldades econômicas e sociais, que compõe: a escassez de terra, a geração de renda, a transformação de políticas de modernização agrícola, falta de oportunidades e de esperança em sua profissão. Com isso, a probabilidade da migração de jovens para o meio rural tornou-se cada vez maior. Para os jovens do meio rural, os desafios e incertezas entre ficar no interior ou ir para a cidade são muitos (BASTOS et al., 2015).

Alguns fatores agem como determinantes nessa escolha, como o lazer, a autonomia e estabilidade financeira, visto que o trabalho rural é uma atividade exaustiva, realizada de sol a sol, onde muitas vezes o uso de tecnologia é limitado ou inexistente, onde as opções de lazer são poucas e o preço recebido pelos produtos advindos das atividades agropecuárias é baixo. Diante disso, os jovens do meio rural são atraídos para as cidades em busca de novas oportunidades de se capacitarem e se desenvolverem profissionalmente (BASTOS et al., 2015).

A baixa na renda agropecuária faz com que os pais incentivem seus filhos a buscarem novas oportunidades fora do meio rural, interferindo na sua permanência no campo. Os adultos responsáveis por unidades agrícolas de menor rendimento são os que mais estimulam os jovens a buscar outras alternativas no meio urbano (MENDONÇA et al., 2013). Além disso, as pessoas não recebem a capacitação apropriada para a prática rural, de maneira eficaz e que ofereça perspectivas promissoras. Há carência de assistência técnica, na liberação e acesso ao crédito e novas tecnologias, falta de educação e saúde adequada. (CARVALHO et al., 2009).

Outro aspecto que interfere na permanência do jovem no campo é a longevidade dos pais. Conforme a expectativa de vida dos pais aumenta, se posterga a sucessão, por outro lado os recursos provenientes de aposentadoria e pensões oferecem maior segurança para investimentos, inovação e melhoramento da produção da propriedade. Na sucessão rural, alguns fatores são grandes determinantes para que ocorra a emigração, são elas: a transição demográfica, diferenciais de educação, renda baixa, masculinização e envelhecimento no campo, integração entre campo e cidade. Na condição de que o agricultor familiar depende da mão de obra de sua família, principalmente esposa e filhos, é auxiliando no trabalho que crianças e jovens irão adquirindo conhecimento e experiência na lida campeira. Por isso é fundamental que existam políticas de incentivo ou programas voltados para a juventude rural capazes de integrar os jovens ao meio que conhecem (MENDONÇA et al., 2013).

Para Panno e Machado (2014) as ações realizadas para evitar o êxodo rural dos jovens não estão sendo eficazes, e em muitas vezes, não saem do papel por diversos motivos. Parte do desinteresse é da própria comunidade rural, por desacreditar que o campo seja uma alternativa mais viável para os jovens do que as condições oferecidas na cidade, pela falta de investimentos em projetos públicos e sociais e falta de suporte efetivo.

A sucessão é complexa e depende muito das condições de cada local, principalmente em propriedades em que as condições de vida dos agricultores dependem inicialmente da assistência rural do governo. À vista disso, torna-se necessário a utilização de novas estratégias para facilitar a sucessão e a continuidade dos jovens no meio rural, tal como a diminuição da burocracia a que estão condicionados, a transferência do lote em vida para os filhos e a conscientização dos atuais responsáveis por estes lotes de que é preciso se discutir a sucessão em vida (FACIONI; PEREIRA, 2015).

Por isso, é indispensável da elaboração de políticas públicas mais eficazes que garantam aos jovens o acesso a melhores condições no campo (acesso à terra, crédito, tecnologia e assistência técnica), a formação profissional (escolas agrotécnicas), a saúde e educação de boa qualidade (CARVALHO et al., 2009).

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de novas ações para o desenvolvimento rural, através da concepção de políticas que visem o fortalecimento da agricultura familiar e que venham contribuir para a permanência do jovem no meio rural (BASTOS et al., 2015).

Na capacitação do jovem para a sucessão rural os recursos que dispõe de maior influência é o conhecimento adquirido na família e na comunidade. As organizações formais e informais, governamentais

e não governamentais também são importantes para a formação profissional desses jovens sucessores no meio rural. Na educação, o estudo deve colaborar para incentivar a permanência no meio rural, aliando a educação formal com o conhecimento adquirido na família. Sendo assim, verifica-se a necessidade de ajustar nas escolas programas voltados à especificidade, à sazonalidade e às demandas da produção rural (MENDONÇA, et al., 2013).

2 MATERIAL E MÉTODOS

O objeto de estudo do presente projeto é a avaliação das perspectivas de permanência nas atividades rurais dos agricultores familiares dos municípios da microrregião de Concórdia, SC, que abrange 15 municípios, são eles: Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara e Xavantina. Para o desenvolvimento desta pesquisa são utilizadas as abordagens metodológicas da pesquisa qualitativa, em razão da natureza fenomenológica para a identificação das perspectivas. Também são utilizadas as abordagens quantitativas com vistas a mensurar a importância de aspectos relacionados às perspectivas de permanência e suas condições.

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como pesquisa exploratória, pois busca proporcionar maiores informações relacionadas ao objeto em estudo (GIL, 1999). Também se caracteriza como pesquisa descritiva, visto que busca descrever as percepções dos agricultores familiares acerca das perspectivas, e estabelecer relações entre estas percepções (GIL, 1999).

Quanto aos procedimentos caracteriza-se como pesquisa de campo, complementada com os procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental. Os dados primários foram coletados através de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos vinte e cinco agricultores familiares, complementadas de observações. A amostra, não probabilística, foi definida aleatoriamente pelo sindicato de trabalhadores rurais dos municípios, sem interferência dos pesquisadores.

As entrevistas foram realizadas com cada jovem agricultor, pela pesquisadora, por meio de lista de associados ao Sindicato dos Agricultores. Após o recebimento das informações e documentos, os mesmos foram dispostos em tabelas, a fim de quantificar os dados, bem como complementado com excertos das falas dos agricultores, dispostas ao longo da discussão dos resultados.

Os dados primários foram complementados com documentos relacionadas ao objeto. Para o tratamento dos dados, os mesmos foram tabulados e ordenados em quadros e tabelas para possibilitar a análise dos mesmos, com base na fundamentação teórica e documental. Para a análise dos dados qualitativos, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir são apresentados e analisados os dados coletados, com a finalidade de identificar as perspectivas dos agricultores familiares em relação à permanência na atividade agrícola.

3.1 Perfil dos agricultores

Foram entrevistados vinte e cinco agricultores da microrregião de Concórdia. Entre as características do perfil dos agricultores sujeitos do estudo, foram coletados dados referentes à faixa etária, renda, escolaridade, familiares que residem na propriedade e familiares que deixaram a propriedade. A Tabela 1 representa a faixa etária dos entrevistados.

Tabela 1 – Faixa etária dos agricultores da microrregião de Concórdia, SC

Faixa etária	Entrevistados	Percentual
Até 24 anos	3	12,00%
de 25 a 29 anos	0	0,00%
de 30 a 34 anos	2	8,00%
de 35 a 39 anos	2	8,00%
de 40 a 44 anos	1	4,00%
acima de 45 anos	17	68,00%
Total	25	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Verifica-se que 68% dos entrevistados possui idade superior a 45 anos, e destes, 64,4% (38,7% da amostra), possuem ensino fundamental completo. Nas faixas etárias até 39 anos, a proporção que possui até o ensino fundamental completo é de 50%, mas representa apenas 13,3% dos entrevistados.

Nas faixas etárias até 34 anos que representam 2,6% dos entrevistados, a totalidade possui ensino médio completo. Quanto à escolaridade, especificamente, mais da metade dos agricultores possui somente o ensino fundamental, conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2 – Formação escolar dos agricultores da microrregião de Concórdia, SC

Formação escolar	Entrevistados	Percentual
1º Grau incompleto	12	48,00%
1º Grau completo	5	20,00%
2º Grau incompleto	0	0,00%
2º Grau completo	6	24,00%
3º Grau incompleto	1	4,00%
3º Grau completo	1	4,00%
Total	25	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Em relação aos familiares residentes na propriedade, predomina a média de duas pessoas, com 32% da amostra, seguido por 24% por quatro pessoas, 16% possuem acima de quatro integrantes e 12% dos agricultores até três integrantes da família residindo juntos na mesma propriedade agrícola. Os resultados estão expressos na Tabela 3, na sequência.

Tabela 3 – Familiares que residem na propriedade

Nº familiares moram na residência	Entrevistados	Percentual
1	4	16,00%
2	8	32,00%
3	3	12,00%
4	6	24,00%
Acima de 4	4	16,00%
Total	25	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Com relação ao número de familiares que já deixaram a propriedade, é possível perceber que 37,50% das famílias não possuem nenhum membro da família que deixou a propriedade, enquanto 29,17% dos entrevistados afirma que dois membros já saíram do local e 25% responderam que três membros da família deixaram a propriedade rural.

Dentre os principais motivos elencados para a saída da propriedade, destacam-se os seguintes: a busca por novas oportunidades; trabalhar e estudar na cidade; trabalhar na área de formação; filhos casaram e saíram da propriedade; as oportunidades na cidade são mais atrativas.

Observa-se ainda que, dos agricultores entrevistados, 60% afirmam possuir uma propriedade com até 20 hectares, seguido por 36% com uma quantidade de terra entre 20 a 40 hectares e apenas 4% possuem mais de 40 hectares de terra. Para Carvalho et al. (2009) existe uma grande tendência de as propriedades diminuírem em virtude da divisão de terras entre herdeiros. Assim, fica mais difícil manter uma produção que seja suficiente para suportar as demandas das famílias e ainda gerar superávit de produtos para a comercialização.

Dentre os principais objetivos da pluriatividade listados por Godoy e Wizniewsky (2013) estão: a criação de empregos, diminuição do êxodo rural, estímulo ao desenvolvimento local, contribuindo assim para o desenvolvimento rural, a sustentabilidade ambiental e outros. Dentre as atividades não agrícolas praticadas nas propriedades existem as agroindústrias familiares, que acabam gerando mais valores para os produtos provenientes da agricultura familiar, pois nela o produtor rural produz, processa e transforma parte de sua produção, agregando mais valor aos seus produtos. A pluriatividade no meio rural é uma alternativa para contribuir na melhoria na qualidade de vida dos produtores rurais e suas famílias, e na reprodução social da agricultura familiar da região onde é praticada.

3.2 Condições atuais das propriedades rurais

Na microrregião de Concórdia desenvolve-se a agricultura familiar, predominantemente de cultivos anuais, produção de suínos e produção de leite. A principal característica da região são as pequenas propriedades rurais baseadas na agricultura familiar, que produzem basicamente para o sustento familiar, além de pequenos excedentes comercializados nos supermercados ou em feiras de produtos agropecuários localizados nos contextos locais ou municipais.

Além disso, algumas propriedades rurais também desenvolvem as atividades pecuárias em parceria com as agroindústrias ou cooperativas, com produção de aves e suínos destinados às indústrias de carne, e na produção de leite para as indústrias de laticínios, especialmente cooperativas. A tabela 5 apresenta os principais alimentos produzidos nas propriedades.

Constata-se que 30,91% dos agricultores afirmam que produzem leite, manteiga e queijos, enquanto 27,27% produzem carne suína, salame e linguiça e 23,64% cultivam milho, feijão e soja.

De acordo com Villwock, Santos e Perondi (2015) a pluriatividade diversifica a renda e é uma estratégia para diminuir a vulnerabilidade das famílias. Segundo o estudo de Machado et al. (2008) a pluriatividade acaba facilitando e aumentando a gama de opções e acesso a soluções para as dificuldades dos agricultores familiares, permitindo condições de vida melhores para esses produtores e proporcionando benefícios para toda a sociedade.

Tabela 4 – Produção nas propriedades da microrregião de Concórdia

Produtos Cultivados	Entrevistados	Percentual
Leite, manteiga, queijos	17	30,91%
Carne suína, salame, linguiça	15	27,27%
Frango, ovos	9	16,36%
Bolachas, pães, macarrão	1	1,82%
Milho, feijão, soja	13	23,64%
Total	55	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Duas alternativas são apontadas para o desenvolvimento rural: uma delas é a inovação, que proporciona ganhos extraordinários aos produtores rurais e maior lucratividade em comparação com as demais propriedades rurais que não inovam e são levadas a exclusão. Outra alternativa é a pluriatividade, ou seja, a diversificação das atividades nas propriedades que possibilita um aumento da renda e a geração de valor em relação a propriedades que não diversificam suas atividades, inclusive as não agrícolas (PRIGOL, 2014).

A tabela 5, a seguir, retrata as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores no dia a dia da vida no meio rural.

Tabela 5 – Principais dificuldades elencadas pelos agricultores

Principais Dificuldades	Entrevistados	Percentual
Instabilidade no preço dos produtos (milho, soja, leite.)	21	17,95%
Baixos rendimentos da atividade agrícola	19	16,24%
Baixo poder aquisitivo	16	13,68%
Baixo volume e regularidade da produção	14	11,97%
Capital de giro reduzido para manter a produção	12	10,26%
Dificuldades para habilitação de reserva legal e/ou APP*	10	8,55%
Assistência técnica insuficiente	10	8,55%
Dificuldade no acesso ao crédito	8	6,84%
Dificuldades de acesso às redes de comercialização	7	5,98%
Total	117	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

*APP: Área de Preservação Permanente.

Questão com múltipla escolha.

Verifica-se que 17,95% afirmam haver instabilidade nos preços dos produtos, seguido por 16,24% que sinalizam haver baixos rendimentos com a atividade agrícola, enquanto 13,68% dos entrevistados consideram o baixo poder aquisitivo. Além disso, 11,97% relatam enfrentar dificuldades com o baixo volume e regularidade da produção, 10,26% possuem capital de giro reduzido para conseguir manter a produção e 8,55% consideram que a assistência técnica oferecida às propriedades é insuficiente. Os dados da pesquisa confirmam os resultados do estudo de Carvalho et al. (2009) que evidencia a falta de assistência técnica aos indivíduos do meio rural, onde há necessidade de aumentar o nível de acesso às soluções e à capacitação para possibilitar que esses agricultores exerçam as atividades com maior produtividade e garantam perspectivas mais promissoras.

Entende-se que a agricultura familiar vem se recriando de diferentes formas, pois, devido às crises e dificuldades adotou-se outras formas de renda para complementar os ganhos das famílias, através de atividades agrícolas e não agrícolas. A pluriatividade vem sendo uma alternativa possível para que os agricultores consigam ter mais receitas para suas propriedades, fortalecendo a agricultura familiar e o desenvolvimento rural da região. Isso não significa que a unidade produtiva e os produtores rurais irão abandonar as atividades agropecuárias totalmente e se dedicar somente as atividades não agrícolas, já que, a pluriatividade deve ser vista como uma estratégia para melhora da renda e qualidade de vida das famílias (GODOY; WIZNIEWSKY, 2013).

Segundo Bertolini et al. (2008) existem outras dificuldades enfrentadas pelos agricultores, dentre elas a baixa qualidade da infraestrutura da estrada até a cidade, ao excesso de burocracia na liberação de crédito e financiamentos, a necessidade de mais assistência técnica e apoio na gestão agrícola de suas propriedades. A tabela 8 apresenta os atributos considerados necessários para o agricultor ser bem-sucedido. Cada item foi avaliado numa escala de *Likert* de 1 a 5, onde 1 é muito importante e 5 pouco importante. Percebe-se que em todos os itens as respostas se concentraram nas escalas 1 e 2.

Tabela 6 – Atributos necessários para ser bem-sucedido

Para ser bem-sucedido	1	2	3	4	5
Investir constantemente na propriedade	84%	4%	4%	8%	0%
Diversificar a produção	40%	32%	8%	8%	12%
Agregar valor à produção	52%	32%	8%	8%	0%
Ter boa formação técnica	64%	12%	12%	12%	0%
Ter uma renda externa à unidade de produção	48%	20%	16%	8%	8%
Se organizar com outros agricultores	68%	16%	16%	0%	0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Verifica-se que o item “Investir constantemente na propriedade” representou 84% das respostas na escala 1, seguido pelo item “Se organizar com outros agricultores” com 68% das respostas presentes na escala 1. Além disso, percebe-se que os demais itens: “Ter boa formação técnica”, “Agregar valor à produção”, “Ter uma renda externa à unidade de produção” e “Diversificar a produção” também são atributos considerados fundamentais pelos agricultores para seu próprio sucesso.

Observa-se ainda que 52% dos agricultores avaliam como “Ruim” a situação da agricultura na região, enquanto 28% afirmam que a situação se encontra “Boa”, 12% posicionam-se como indiferentes e 8% dizem que está “Muito ruim”

Já com relação ao nível de participação dos agricultores em organizações sociais, verifica-se que 36% dos pesquisados participam de Cooperativas, enquanto 28% fazem parte do Sindicato dos trabalhadores rurais, 32% relatam não participar de nenhuma organização social e 4% participam de outras associações.

O associativismo também tem grande importância, pois participa nos processos de geração e fortalecimento de estratégias de subsistência voltadas à permanência dos agricultores familiares nos conjuntos de unidades agrícolas, permitindo que a agricultura familiar possa se desenvolver e principalmente satisfazer as necessidades econômicas, sociais e humanas de forma coletiva. As associações podem oportunizar capacitações, informações e auxílio referente a programas sociais e cobrar mais colaboração do poder público nos setores de transporte, educação, infraestrutura e assistência técnica às famílias (SANGALLI, et al. 2015).

A Tabela 7 indica o grau de satisfação em relação das condições atuais de suas propriedades.

Tabela 7 – Grau de satisfação com as condições da propriedade

Satisfeito com as condições	Entrevistados	Percentual
Totalmente insatisfeito	0	0,00%
Insatisfeito	10	40,00%
Indiferente	3	12,00%
Satisfeito	12	48,00%
Totalmente satisfeito	0	0,00%
Total	25	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Verifica-se que 48% estão satisfeitos. Consideram que a propriedade possui boa estrutura, localização, condições de trabalho, possuem bom lucro, mas que poderiam ser maiores. Enquanto alguns afirmaram que ainda precisa melhorar, e que não veem outra oportunidade senão permanecer na agricultura, 40% dos entrevistados estão insatisfeitos e alegam que as estradas precisam ser melhoradas pois há baixo rendimento com a atividade agrícola, pouca mão de obra e que os filhos não querem mais permanecer no campo. Afirmam também que há necessidade de uma menor oscilação dos preços nos produtos, diminuição dos valores dos insumos e diminuição na burocracia, facilitando o acesso ao crédito.

Em relação ao nível de conhecimento dos agricultores a respeito dos programas oferecidos pelo governo constata-se que 84% dos entrevistados relatam conhecer bem o programa Pronaf, enquanto 76% relatam conhecer muito pouco às condições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e 80% também relatam possuir pouco conhecimento sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Com relação às características dos dois programas, observa-se que O PNAE, instituído pela Lei número 11.947/2009, prevê a compra de pelo menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. O alimento vindo das pequenas propriedades agrícolas auxilia na alimentação de qualidade nas escolas e também colabora para a geração de renda para os agricultores, além de impulsionar a economia local. O PAA, instituído no ano de 2003, assim como o PNAE, também foi uma ação resultante do Programa Fome Zero, instituído pelo Governo Federal que assegura o atendimento de população com escassez de alimentos, promovendo a inclusão social no campo e fortalecendo a agricultura familiar (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

Já no que se refere à sucessão familiar, 56% dos respondentes relatam não possuir sucessor na sua propriedade. Dentre os principais motivos listados por esses agricultores para a falta de sucessão está a falta de incentivos, poucas perspectivas de retorno financeiro e crescimento, a vontade que os jovens possuem em estudar e trabalhar na cidade, a busca por novas oportunidades, o interesse por empregos com carteira assinada e benefícios acabam impulsionando as novas gerações a sair do campo.

Entretanto, 32% dos pesquisados relatam possuir algum membro do grupo familiar que pretende continuar na atividade agrícola, pois foram realizados investimentos na propriedade, possuem boas condições de trabalho e gostam da atividade agrícola. Contudo, 12% dos entrevistados não souberam responder, pois possuem filhos menores de idade e que ainda não sabem se irão permanecer na propriedade rural. De acordo com Panno e Machado (2014) mesmo com todos os motivos para deixar o campo, ainda existem jovens que encontram alternativas no meio rural, buscando construir um futuro nas pequenas propriedades agrícolas.

Para Moura e Silva (2012) o meio urbano é muito atrativo para os jovens, pois dispõe de diversas opções de lazer, formação profissional e possibilidade de uma renda por meio do emprego. O autor ainda considera que as organizações da sociedade civil têm buscado criar estratégias que visem colaborar para a

permanência dos jovens no campo. Porém estas medidas não são suficientes para evitar o êxodo dessa geração, pois eles possuem interesses diferentes e grande parte não se identifica com as atividades agrícolas.

A renda tem grande influência na vida dos agricultores e conseqüentemente para a sucessão. Alguns fatores interferem diretamente na eficácia da sucessão rural, tais como a transferência da propriedade de pai para filho e a utilização de financiamento para a produção. (FACIONI; PEREIRA, 2015). Além disso, Panno e Machado (2014) observam que os pais e familiares devem estimular os jovens em permanecer no campo, oferecendo possibilidades de desenvolver suas atividades com autonomia, conferindo-lhes responsabilidades, permitindo que tenham renda própria e potencializem sua independência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar corresponde como um importante segmento que impulsiona o cenário socioeconômico do Brasil. É responsável pela geração de alimentos para abastecer o mercado interno e promover a geração de renda no campo.

Com este estudo, foi possível perceber na pesquisa, a saída dos jovens das atividades agrícolas em busca de novas oportunidades para o futuro, em especial os jovens, não estão mais satisfeitos com as atuais condições econômicas e sociais de suas propriedades, e muitas famílias estão ficando sem sucessores, conforme evidenciado na presente pesquisa. Diante dos fortes atrativos das cidades e as dificuldades enfrentadas no campo, o êxodo rural continua aumentando.

Os agricultores entrevistados constatam que a falta de perspectivas está associada principalmente ao baixo rendimento da atividade agrícola, instabilidade de preços dos produtos para venda, preços elevados dos insumos e equipamentos para produção, baixa assistência técnica, infraestrutura precária das estradas e dificuldade de acesso ao crédito.

Diante das dificuldades enfrentadas, os agricultores informam o desejo de continuar na atividade agrícola por mais tempo, muitos até se aposentarem, por não se sentirem à vontade com a mudança campo-cidade ou por não terem a experiência e formação para atuar em outras profissões no meio urbano. Dos entrevistados, os pais de família relatam que os seus filhos estão buscando outras alternativas fora do meio rural e, como consequência, a população que reside no campo está envelhecendo.

Por isso, a partir dos resultados da presente pesquisa, entende-se a necessidade de políticas públicas que estimulem a permanência dos jovens no campo e a certeza para seus pais, da continuidade do negócio, por meio de uma menor burocracia no processo de concessão ao crédito, programas de profissionalização agrícola, educação financeira e assistência técnica aos agricultores familiares. A ideia é oportunizar o aporte teórico e prático para que consigam gerenciar sua propriedade de modo mais eficaz. A continuidade dos programas sociais oferecidos pelo governo e municípios (Pronaf, PNAE e PAA) também colabora para o desenvolvimento das atividades agrícolas, mas devem ser ampliados e difundidos para que mais agricultores participem e possam se beneficiar com suas alternativas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; et al. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições Unesco, 1998, 101 p.
- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, **Anais**, 1997, p. 29. (Texto para discussão)
- BASTOS, R. C.; EMMENDOERFER, M. L.; SILVEIRA, S. F. R.; GOMES, A. L. Queremos Ficar no Meio Rural, Mas Como?. **Tecnologias de Administração e Contabilidade**, v. 5, n. 2, p. 147-164, 2015.
- CARVALHO, D. M.; SANTOS, A. B.; JUNIOR, J. P. S.; FERRER, M. T. Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Porto Alegre, jul./2009. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/13/881.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2016.
- CARVALHO, V.R.F. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45, 2007, Londrina. Anais... Londrina: SOBER, 2007.16p.
- FACIONI, D.; PEREIRA, M. W. G. Análise dos determinantes da sucessão em assentamento rural no Estado de Mato Grosso do Sul. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 119-136, 2015.
- FISCHER, A.; MARINI, D.; FILIPPIM, E. **Perspectivas de Agricultores Familiares para a Permanência na Atividade Rural**. **Revista Espacios**. Espacios. Vol. 37 (Nº 07) Año 2016. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a16v37n07/16370710.html>. Acesso em: 06 jun. 2020.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, C. M. T.; WIZNIEWSKY, J. G. O papel da pluriatividade no fortalecimento da agricultura familiar do município de Santa Rosa/RS. **Desafio Online**, v. 1, n. 3, p. 1-16, 2013.
- GRANDO, A. P.; MAGRO, M. L. P. D.; BADALOTTI, R. M.; Políticas públicas na promoção da sucessão familiar no meio rural: avaliação das organizações sociais do oeste catarinense. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v.16, n.2, p 139-160, 2019. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.26767/coloquio.v16i2.1220>, Acesso em 06 jun. 2020
- DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. **Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná. Vol. 1, 2002, 53 p.
- GUILHOTO, J. J. M. et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. (2017a). Censo Agropecuário 2017. Disponível em https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html. Acesso em 10 abr. 2019.
- MACHADO, A. G.; FIGUEIREDO, R. S.; CAUME, D. J.; OLIVEIRA NETO, O. J. Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no

Brasil. **Desafio: Revista de Economia e Administração (continua como Desafio Online)**, v. 9, n. 17, p. 19-30, 2008.

MATTEI, L. Impactos do Pronaf: Análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD Estudos; 11), 2005. v. 1. 136p

MENDONÇA, K. F. C. et al. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 445-463, dez. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982013000200006>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Políticas públicas para a agricultura familiar. Out. 2013. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf> acessos em 14 nov. 2016.

MOURA, A. M.; SILVA, G. M. G. Agricultura familiar: Perspectivas dos jovens no campo do município de Igaci/Alagoas. **XXI Encontro nacional de geografia agrária**. Uberlândia / MG, 15-19/out., 2012.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. Influências na decisão do jovem trabalhador rural partir ou ficar no campo. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, p. 264-297, 2014.

PRIGOL, K.; SIMIONI, F. J. Resultados econômicos de propriedades rurais familiares na região Oeste de Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 4, p. 496-505, 2014.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L.A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. In: **Revista Geografar**. Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun.2010.

SANGALLI, A. R.; SILVA, H. C. H.; SILVA, I. F.; SCHLINDWEIN, M. M. Associativismo na Agricultura Familiar: Contribuições para o Estudo do Desenvolvimento no Assentamento Rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.

SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A. Sustentabilidade e agricultura familiar: um estudo de caso em uma associação de agricultores rurais. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 69-85, 2013.

SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. **Agricultura familiar no Brasil**: características e estratégias da comunidade Cruzeiro dos Martírios, município de Catalão (GO). In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo: Anais do XIX ENGA, 2009. p. 1-28. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/23.pdf>. Acesso em: 09 set.2020.

SIMIONI, F. J. Determinantes da renda familiar no espaço rural: uma revisão. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 15, p. 397-410, 2013. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/viewArticle/737>. Acesso em: 07 jun. 2020.

SOARES, I. F.; MELO, A. C.; CHAVES, A. D. C. G. A Agricultura Familiar: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Condado – PB. **Revista Infotecnarido**. v.3, n.1, p. 8, jan/dez 2009. Disponível em: http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/view/456/pdf_90. Acesso em: 06 jun. 2020.

SPANEVERELLO, R. M.; VELA, H. A. Os fatores limitantes ao desenvolvimento dos jovens rurais pertencentes à agricultura familiar do município de Nova Palma/RS. **Revista de Pesquisa e Pós-Graduação** – Santo Ângelo, 2003.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: EdUFSC, 2006.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. . Jovens e Juventudes em Estudos Rurais no Brasil. **INTERAÇÕES**, v. 19, n. 4, p. 789-802, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/xQRmPSyw4yBzZtXcwnccm3K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jun.2020

ZANI, F. B.; COSTA, F. L. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — novas perspectivas de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 4, p. 889-912, 2014.

VILLWOCK, A. P. S.; SANTOS, G. D.; PERONDI, M. A. Variáveis que mais Influenciam na Pluriatividade dos Agricultores Familiares de Itapejara D'Oeste - PR. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 2, p. 239-252, 2015.

Contribuições dos autores

Camila Sabrina Bosetti: Introdução, revisão de literatura, materiais e métodos, resultados e discussões, considerações finais

Jacir Favretto: Introdução, Revisão de Literatura, Materiais e Métodos, Resultados e discussões, Considerações finais

Leticia Vargas: Revisão dos materiais e métodos e apoio na análise dos resultados, discussões e considerações finais.

Augusto Fischer: Problematização e objetivos, revisão de literatura, interpretação dos resultados.
